

Neste livro, o autor apresenta uma análise do populismo, considerando-o como expressão política de rupturas internas e externas no âmbito de estruturas econômicas e sociais, através das crises, tensões e reajustamentos ocorridos no período de 1918 a 1964; esta última data marca o fim de uma experiência dramática e ao mesmo tempo fascinante do processo de desenvolvimento econômico brasileiro.

O padrão da análise é baseado no pressuposto de que o desenvolvimento só se daria por meio de uma autonomia política e econômica, possibilitada por uma ruptura total com a sociedade tradicional, baseada na economia de exportação, e com o sistema internacional dominante.

O período de 1930-64 tem como característica fundamental um Estado Nacional consolidado, enquanto o sistema econômico enfrenta rompimentos parciais e acomodações sucessivas com o setor interno — campo — e o externo. Portanto, há uma contradição básica entre os níveis político e econômicos, que se reflete no âmbito da sociedade em crises e tensões, cuja solução se apresentaria, teoricamente, em duas alternativas: socialismo (ruptura global da sociedade) ou internacionalização (acompanhada de enrijecimento político que impediria a configuração do país em um padrão estrutural diferente).

As crises que levaram ao surgimento do populismo desenvolvem-se dentro de quatro modelos teóricos de desenvolvimento: exportador, substituição de importações, socialista (por vezes uma possibilidade real) e associado. Tais crises foram manifestações de rupturas internas e externas ao longo do período 1918-64: “decadência do café; politização dos setores jovens das forças armadas em direção diferente do tradicional; o aparecimento de reivindicações dos operários e setores sociais médios; agravamentos de antagonismos nas camadas dominantes; guerra de 1914-18; crise de 1929; guerra de 1939-45; substituição da hegemonia da Inglaterra, Alemanha e França pelos Estados Unidos; surgimento da URSS, China e Cuba como

nações socialistas". Aprofundando a análise, mostra o autor que o populismo foi a manifestação política da transição de uma economia de exportação para uma economia industrial, atuando como técnica de sustentação do poder e de poupança baseada na inflação de custos. A manipulação política das massas era fator essencial da política de compromissos estabelecida nesse período, sendo que a esquerda atuava dentro dos quadros estabelecidos pelo nacionalismo reformista como tática de uma futura arregimentação das camadas populares.

Na medida em que houve um desenvolvimento econômico real e, portanto, a possibilidade de uma política distributivista, o populismo teve condições de se sustentar como expressão de uma política econômica que se tornava independente. Mas o modelo de substituição de importações esgotou-se e a política de massas perdeu sua base econômica. No plano político, o populismo ameaça transbordar de seus limites de manipulação (já estava penetrando no campo), além de haver uma radicalização constante e crescente dos movimentos de esquerda. A interpretação geopolítica do Brasil dentro do sistema interamericano (interdependência como resultante de novas relações de força no plano internacional), a militarização da política e as desilusões da classe média (ao sentir uma discrepância entre suas ambições e suas possibilidades reais de atendimento, torna-se base de manobra política) juntam-se aos fatores políticos e econômicos que caracterizam o fim do populismo como estratégia política de desenvolvimento. Duas únicas alternativas se apresentam: o socialismo por meio de uma ruptura global da sociedade ou a internacionalização (a deterioração das relações de troca impede a importação de equipamentos necessários para elevar-se a capacidade de competição do produto brasileiro, impondo a associação com oligopólios internacionais) acompanhada de um enrijecimento político. A política econômica independente, com apoio na democracia populista, é reformulada em termos de uma redefinição da dependência estrutural e o Brasil entra numa fase de acomodação entre a sociedade rural, industrial e o setor externo. "O princípio da mudança estrutural é substituído pelo princípio da estabilidade". A experiência populista encerra-se, passando-se à história do desenvolvimento econômico do país.

Como se vê, o livro de O. IANNI contém uma análise global do encaqueamento entre os níveis político, econômico e social, no âmbito das relações estruturais internas e externas, de um período altamente explosivo que marca a entrada de nosso país na sociedade de massas.

O autor deixa em aberto algumas questões e levanta uma hipótese importante: o divórcio entre o poder político e as massas assalariadas transforma a consciência de massa em consciência de classe, abrindo a possibilidade de rumos inteiramente novos para o destino do país. A comprovação empírica dessa hipótese é difícil. O futuro, certamente, trará a resposta.

Não tendo a pretensão de fazer uma crítica sistemática a essa proposição, gostaríamos de levantar alguns problemas dela originados: até que ponto o divórcio apontado é suficiente para transformar a consciência de massa em consciência de classe? Será que a consciência de mobilidade (visão da possibilidade de ascensão no sistema) não prejudicaria essa transformação? Em suma, em que medida o sistema não organiza mecanismos de defesa que possam canalizar e absorver as conseqüências da alienação política da maioria da população?

LAERTE MELLONI ZIGGIATTI

ORGANIZAÇÃO DE EMPRÊSAS — Por JOHN O'SHAUGHNESSY. São Paulo, Editôra Atlas S.A., 1968, 1.^a edição em português, 192 páginas.

Acreditamos que a publicação dêste livro venha preencher uma lacuna há muito tempo verificada pelo estudiosos dos problemas administrativos no Brasil; isto porque são bastante raras as obras editadas em português que procuram propiciar ao leitor — principalmente àquele que se inicia no estudo da matéria — uma análise geral do que de básico se tem escrito sôbre o assunto.

Preocupa-se o autor, como êle próprio indica, em oferecer uma visão panorâmica dos muitos fatores que lhe parecem relevantes para um estudo de organização de emprêsas. Para isto, vale-se dos ensinamentos contidos nas correntes fundamentais de pensamento administrativo: a Teoria Clássica, a Teoria de Relações Humanas e a Teoria dos Sistemas.